
“Jornalismo em Debate”: a ética jornalística na cobertura midiática do caso Luiz Carlos Cancellier de Olivo¹

Ivan VILELA²

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Luana VIANA³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar fatos sobre a cobertura midiática da operação “Ouvidos Moucos” e do suicídio do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, em 2017, de modo a entender se a imprensa respeitou a conduta ética dentro do contexto jornalístico. Para tal observação, recorreremos como corpus dessa pesquisa ao programa Jornalismo em Debate veiculado para rádio Ponto UFSC que traz como assunto principal a abordagem da imprensa sobre o caso. Por meio da análise de conteúdo, identificamos como resultados algumas das principais falhas cometidas pela imprensa, como falta de apuração, erro ao não buscar pela pluralidade de fontes, pressa em publicar os conteúdos, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Ética; Jornalismo; Mídia e suicídio; Webradio;

Introdução

No dia 02 de outubro de 2017, às 10h30 da manhã, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), suicidou-se ao se jogar do último piso do Beiramar Shopping, em Florianópolis. O acontecido sucede as intensas investigações da Polícia Federal por meio da operação “Ouvidos Moucos”, que verificava um desvio milionário de verbas dos cursos de graduação à distância da UFSC, e que o prendeu domiciliarmente durante dois dias e o afastou do cargo de reitor por acusação de obstruir as investigações.

A cobertura midiática em torno da operação e de sua morte foi considerada muito controversa, dado a forma como as informações foram divulgadas, apuradas e, até mesmo, manipuladas. Com base nisso, este artigo tem como objetivo analisar fatos sobre a cobertura midiática da operação e do suicídio de modo a entender se a mesma fugiu, ou não, da conduta considerada ética dentro do contexto jornalístico.

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Estudante de Graduação do 7º período do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: ivan.vilela@aluno.ufop.edu.br.

³ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, orientadora do trabalho, e-mail: lviana.s@hotmail.com.

Com essa finalidade, recorreremos à análise de conteúdo como metodologia para observar a edição do programa “Jornalismo em Debate”, produzida pela Rádio Ponto UFSC, corpus principal da análise. O programa traz cinco convidados que debatem sobre como a cobertura jornalística do caso ocorreu, apontando acertos e erros na disseminação de informações.

A Rádio Ponto UFSC, por se configurar como uma webradio universitária, foge do modelo mercadológico capitalista, o que permite uma expansão de suas discussões na construção de um debate limpo e transparente. Além disso, por estar situada em âmbito acadêmico, permite a construção de um diálogo sobre a ética em consonância com outros profissionais da área que trazem suas contribuições relevantes para o tema.

Ressaltamos que o presente artigo configura-se como um recorte de uma pesquisa ainda maior: é parte de aspectos estudados dentro do trabalho de conclusão de curso do primeiro autor, intitulado “Do enquadramento à ética: As perspectivas no debate radiojornalístico sobre coberturas do suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo”. Portanto, os apontamentos finais são os primeiros resultados que são ainda insipientes, mas vão compor o trabalho final em sua totalidade.

Webrádios universitárias e a formação de estudantes de jornalismo

A implantação do ensino de jornalismo no Brasil reafirmou o ofício do jornalista no cenário mercadológico e empregatício do país. O primeiro curso surge na Faculdade Cásper Líbero em 1947, na cidade de São Paulo (HIME, 2005, p.1), um importante reflexo das lutas dos sindicatos para a oficialização da profissão, que se iniciou na década de 30. Com isso, as faculdades de comunicação elevaram a importância do profissional de jornalismo, colocando em evidência o valor do fazer jornalístico na sociedade. Para Viana et al (2017),

Fazer jornalismo diariamente não se trata apenas de escrever, é preciso possuir técnicas, metodologias e conhecimentos que vão desde a apuração à concepção da informação a ser veiculada. O jornalismo continua sendo de interesse público, continua sendo a voz daqueles que ainda não abarcaram os avanços tecnológicos, continua exercendo um papel fundamental nas diretrizes democráticas, políticas e sociais de um país e para garantir que tais estruturas sejam cumpridas, o papel do jornalista é fundamental e indispensável (VIANA et al., 2017, p. 203-204).

Dessa forma, de modo a contemplar todas as áreas que o jornalismo abrange, as universidades ainda estão em um contínuo processo de desenvolvimento e avanço nas construções de grades curriculares que estejam sempre atualizadas e que ofereçam aos alunos uma experiência ampla, prática e teórica dentro da comunicação social. Prata e Del Bianco (2016, p. 106) acreditam que “as disciplinas técnicas não podem ser exclusivamente teóricas, mas devem ter metade do seu tempo dedicado à prática laboratorial”.

A supervisão dos professores é fundamental neste momento para direcionar as atividades desenvolvidas e otimizar o aprendizado dos alunos em torno das produções dentro dos laboratórios. Segundo Spenthof (1998, p. 156), a atividade laboratorial “é o exercício de experimentação, de aplicação de conhecimentos, de atividades práticas, é realização de ‘notáveis operações’ e ‘transformações’ na formação e no mundo do estudante”. Sabendo disso, compreendemos a importância das webrádios universitárias como um espaço fundamental na complementação acadêmica do aluno. Para Spenthof (1998),

laboratório não é só lugar (espaço físico), ou sala técnica. Mas, principalmente, espaço, ambiente (físico ou não), ou meio/instrumento/veículo no e por meio do qual se realiza a atividade laboratorial. Pode ser um estúdio de TV (lugar, sala, equipamento) ou um boletim informativo (meio, instrumento, veículo). (SPENTHOF, 1998, p. 156).

Alguns destes espaços laboratoriais consolidaram-se, num primeiro momento, como emissoras universitárias hertzianas tendo um grande crescimento durante os anos de 1990, década marcada pela expansão das emissoras universitárias em FM que compõe a quarta fase da história do rádio público no Brasil, segundo Zuculoto (2015, p.72). No entanto, a primeira rádio universitária hertziana a ser inaugurada no país foi a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que iniciou seus trabalhos em julho de 1950⁴. Já a primeira emissora deste segmento a existir unicamente na internet⁵ foi a Rádio Ponto UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1999 (LOPEZ et al, 2017, p. 101).

⁴ Informação disponível em:

http://www.radio.ufrgs.br/radio.html?fbclid=IwAR1RJvVesPrW38NTCBxoczLDPq8C5HGvVKZOeizmKoQpk0Gz-p_k9Gp298o Acesso em 05 abr. 2019.

⁵ A Rádio Ponto UFSC nasce como webrádio, mas atualmente, a emissora é transmitida em FM pela frequência 106,1 somente dentro do Campus Central da Universidade em Florianópolis.

Com o passar dos anos, diversas webrádios universitárias foram sendo criadas no Brasil, o que ampliou a experiência dos alunos de jornalismo no meio radiofônico. Como explicam Lopez et al (2017), cada uma nasce a partir de uma necessidade de melhorar algum aspecto: A Ponto UFSC, por exemplo, surgiu da necessidade de um local para veiculação dos produtos gerados na disciplina de radiojornalismo da universidade. Já a webrádio Da Hora, da Universidade Federal de Santa Maria, surge com a intenção de proporcionar aos estudantes uma experiência prática de produção de conteúdos radiofônicos, como notícias, reportagens, edição sonora e, até mesmo, entretenimento.

Prata e Del Bianco (2016, p. 107) defendem que, para além de todo o aprendizado adquirido pelo o aluno, a webrádio universitária tem um papel importante no que tange a relevância social do conteúdo para a população.

Trata-se de uma extensão que é mais do que prestação de serviços à comunidade. Tem natureza participativa e colabora para construir conhecimento junto com a sociedade. A intenção é que a sociedade se aproprie dos ganhos obtidos e dê continuidade independentemente do projeto sem a presença da universidade (PRATA E DEL BIANCO, 2016, p. 107).

No contexto atual, onde diversas mídias coexistem e os acessos a conteúdos são instantâneos, a webrádio é mais do que apenas uma difusora de conteúdos e programas. Por estar presente inteiramente dentro da internet, é vista, muitas vezes, apenas como um suporte de hospedagem de produtos gerados dentro do âmbito radiofônico, seja acadêmico ou prático/mercadológico. Entretanto, as possibilidades se tornam muito mais vastas quando entendemos que a internet, muito além de um suporte, permite o estudo, entendimento e criação de produtos voltados para um público diferente das tradicionais estações de rádios.

Assis et al. (2017) ressaltam a importância do contexto da internet para a difusão e criação de outros conteúdos ligados ao rádio para diversos tipos de pessoas, principalmente para os alunos de jornalismo:

na área do rádio, o desenvolvimento das atividades práticas é favorecido pela possibilidade de transmissão e disponibilização de áudio em plataformas digitais, como o SoundCloud. Neste sentido, a facilidade de acesso aos conteúdos produzidos pelos alunos e, por conseguinte, o contato real deles com a comunidade, amplia-se consideravelmente com a criação de uma webrádio. No entanto, não basta pensar o ambiente digital apenas como

repositório de conteúdos sonoros, é necessário experimentar outros formatos de produtos, como o podcast. (ASSIS et al., 2017, p. 8-9).

Com base em todas essas ideias apresentadas, compreendemos a relevância do espaço laboratorial para a estrutura curricular acadêmica e para a formação profissional dos estudantes de comunicação, uma vez que, além de se praticar certas teorias e métodos adquiridos em sala de aula, as criações de produtos inovadores são facilitadas, permitindo que o aluno compreenda a totalidade de um processo jornalístico. Na área radiofônica, por exemplo, trazer a aplicabilidade da pauta, locução, roteiro englobando-os nas criações de programas, conduz o estudante a um avanço cada vez maior no que tange o entendimento da lógica do rádio e de sua audiência.

Ao falar desse espaço de formação dos estudantes, torna-se imprescindível discutir sobre a ética jornalística que deve acompanhar as rotinas de produções desses profissionais. Discutiremos mais sobre isso no próximo tópico.

A ética jornalística

O jornalismo deve buscar a verdade acima de tudo, procurando retratar fatos reais independente da mídia na qual está presente. Bucci (2000, p.30) reflete sobre a importância da apuração em detrimento da manipulação, no seu sentido mais denotativo, ao ressaltar que “o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio”, sendo que a objetividade e o equilíbrio são alicerces importantes para a reportagem que tem como principal função informar o leitor.

Nesse contexto da importância social da informação com qualidade, a discussão sobre a ética jornalística e moral se fazem constantemente presentes. Segundo Bahia e Rigueira (2009, p. 119-120), a moral pode ser definida como um sistema de valores e princípios que orientam o comportamento dos indivíduos, com finalidade de promover e manter a harmonia de um grupo social. Já a ética se encontra em um âmbito mais reflexivo quando comparada à moral. Derivada do latim “ethos”, que significa costume, a reflexão englobada pela ética compreende fundamentos e condições sócio históricas da prática moral que pauta o comportamento de um determinado grupo social.

A moral e a ética são dois conceitos que possuem a mesma finalidade: auxiliar o indivíduo a distinguir o bem e o mal, o lícito e o ilícito, bem como a pautar o seu comportamento por meio de premissas que o levam a estar em harmonia com a sociedade e consigo mesmo (BAHIA E RIGUEIRA, 2009, p.119).

Dessa forma, Bahia e Rigueira (2009, p.20) acreditam que é possível entender que “a ética não oferece um código de condutas morais, mas esclarece o que é o comportamento adequado em cada contexto”, ou seja, proporciona uma reflexão, baseada em sua vivência e aprendizado do que seria “certo e errado” ou “melhor e pior” em cada situação. A partir disso, o debate sobre a ética jornalística se estende para os diversos âmbitos do ofício: apuração, conduta ética, redação, entre outras.

Considerando essa expansão da discussão ética para diversas vertentes do jornalismo, a Unesco criou em 1983⁶, em parceria com associações e sindicatos de jornalistas do mundo todo, o conjunto de Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, que aborda, entre outras questões, pontos importantes da profissão, como: o respeito que os jornalistas devem ter com as mais diversas culturas; valores universais e diversidade; promoção do fácil acesso à informação para o público; e o direito do jornalista à realidade objetiva.

O Brasil possui o próprio código de ética desde 1985⁷, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), passando por reformulação em 2007. Tal documento engloba 27 artigos e aborda diversas regras, tais como: deveres e responsabilidades do jornalista; o que não se pode fazer enquanto profissional; penalidades as quais sofrerá caso descumpra algum item.

No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a conduta ética é um dos princípios mais valorizados. Está presente no artigo 4º e abre os deveres que o profissional deve ter durante o exercício do ofício. “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, p.1).

Este artigo está presente no capítulo II, intitulado “Da conduta profissional do jornalista”, e dialoga com o segundo princípio internacional elaborado pela UNESCO, que diz respeito à dedicação do profissional à realidade: “a principal tarefa do jornalista é proporcionar o direito da informação verdadeira e autêntica às pessoas através de uma

⁶ Disponível em: http://ethicnet.uta.fi/international/international_principles_of_professional_ethics_in_journalism
Acesso em 09 abr. 2019.

⁷ Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/> Acesso em 09 abr. 2019.

dedicação honesta em objetivar a realidade pela qual os fatos são relatados conscientemente em seu contexto apropriado⁸” (UNESCO, 1985, tradução nossa).

Ou seja, tanto o código de ética elaborado no contexto brasileiro quanto no internacional colocam em evidência a importância da boa apuração e do manejo correto de informações, tendo em vista a responsabilidade social do jornalista para com o público que terá acesso a essas informações. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, “o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética”.

A manipulação das informações que serão repassadas ao público deve ser feita da forma mais transparente possível. Bucci (2000, p. 23) defende que o jornalista tem um compromisso com o seu público e a responsabilidade de bem informá-los. Entretanto, não existe jornalismo isento de opiniões e posições. Os jornalistas, antes de assumirem a posição de detentores da informação, são cidadãos com ideias formadas sobre cada assunto. Sendo assim, torna-se imprescindível que exista o código de ética para reger as produções, condutas e papéis dos profissionais.

Bucci (2000, p. 26) afirma, ainda, que “a ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia, quanto por empregadores – e tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público”. Esse pensamento permite que o público participe de alguma forma do processo, além de mero consumidor, mas como um sujeito fiscalizador. Afinal, segundo ambos os códigos éticos, todo trabalho é feito em prol do cidadão que terá acesso àquela informação.

Contudo, em tempos da era da pós-verdade, onde as crenças pessoais são mais importantes ou relevantes do que os próprios fatos objetivos da realidade, é necessário continuar discutindo a conduta e os modos como devem ser feito os trabalhos do jornalista. Karam (2004, p. 122) diz que “toda referência sobre ética (...) será sempre humana”, o que a torna suscetível a mudanças. Para explicar isso, o autor remete ao conceito de deontologia, que seria, segundo Yoba (2010), “o estudo dos deveres especiais de uma situação, particularmente dos deveres de uma profissão”, para compreender a volatilidade de certos preceitos éticos. Sendo assim, Karam (2004, p. 128-129) conclui que a moral e a ética são mutáveis em um contexto de profissão e o debate é necessário para o entendimento do próprio ofício.

⁸ No original: The foremost task of the journalist is to serve the people's right to true and authentic information through an honest dedication to objective reality whereby facts are reported conscientiously in their proper context.

Dessa forma, entender a ética e aplicá-la no contexto jornalístico é um trabalho complicado no que tange a moral e conduta de cada profissional. Trabalhar o suicídio dentro das redações, por exemplo, é algo que gera discussões até hoje. No próximo tópico, iremos trabalhar mais sobre a relação da mídia com casos de suicídio, que nem sempre são divulgados, mas, constantemente, estão presentes em nossa sociedade.

Mídia e suicídio

Em 2006, a maneira como a mídia tratava sobre casos de suicídio foi questionada pelo estudioso da melancolia, George Howe Colt. Anteriormente, os casos eram noticiados como outro acontecimento qualquer, entretanto, Colt questionava se o suicídio, ao ser retratado na mídia, poderia servir de gatilho para outros casos de suicídio (Côrte et al., 2015, p. 3). A partir de então, o jornalismo e os meios de propagação de informações passaram a ser considerados, ao noticiar os casos, incentivadores de suicídios.

Até hoje, a palavra suicídio é tratada como algo “contagioso”, sendo a mídia e a alta exposição os principais vírus dessa epidemia. O suicídio passou a ser tema não noticiável, e a mídia evita falar sobre ele – mas não é só a mídia. A população de modo geral, famílias, escolas e grupos sociais diversos preferem não tocar no assunto suicídio (Côrte et al., 2015, p. 3).

Dessa forma, o suicídio se tornou um tabu, ou seja, assunto pouco tratado dentro de diversos âmbitos, como universitário, escolar ou mesmo dentro de casa. Por isso, a criação de um manual de conduta da mídia que aborde tais situações se tornou necessária, uma vez que, em casos como os de suicídio, ainda era algo muito incerto o modo como tratar as notícias. Abaixo, seguem algumas recomendações relacionadas por Côrte et al. (2015):

A palavra “suicídio” deve ser evitada em chamadas e manchetes, incluindo-a apenas no corpo do texto, devendo ser evitada a colocação da matéria em primeira página e chamadas dramáticas, ou ênfase no impacto da morte sobre as pessoas próximas. Entre outras recomendações, o manual Comportamento Suicida orienta os profissionais da mídia a não fornecer detalhes sobre o método letal, fotos, não usar termos valorativos e omitir o local onde o ato foi realizado, a fim de não criar “suicidiódromos”. Além de sugerir que o profissional aproveite a oportunidade para conscientizar a população sobre a prevenção (Côrte et al., 2015, p. 3).

Entretanto, as ideias de Barbosa et al., (2010, p. 5) vão de encontro com esta última ideia, em que o jornalista deveria aproveitar a situação para conscientização do seu público, pois segundo os autores, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu manual de redação, compreende que a notícia não deve servir de exemplos para que pessoas resolvam seus problemas pessoais.

Com base nessas sugestões de cuidados que devem ser tomados, o suicídio teria uma exposição menor, quase nula, em páginas de jornal e revistas sempre que acontecesse. Porém, é possível pensar que no âmbito da noticiabilidade o suicídio acaba sendo diferente em relação a pessoas públicas e pessoas sem fama. Bucci (2000, p. 149) usa o termo “privacidade construída em público”, no qual afirma que, para pessoas famosas, “o público tem, sim, o direito de saber de suas intimidades”, tendo em vista a relação muito expositiva durante a vida e carreira da determinada pessoa.

Barbosa et al., (2010, p. 5) mostram que a OMS, mesmo sendo contra alguns critérios de noticiar o suicídio, entende a necessidade de se divulgar o suicídio de pessoas notórias. Por isso traz algumas recomendações quanto a essa situação:

Um exemplo, são os casos que envolvem celebridades. A imprensa deve minimizar relatos de como aconteceu o ato. Outra recomendação é não publicar o fato, em nenhuma circunstância, como capa de jornal, isto é, não colocá-lo como manchete, em grande destaque (BARBOSA ET. AL., 2010, p. 5).

A noticiabilidade do suicídio cometido por pessoas notórias acontece, muitas vezes, pela importância que a pessoa tem para a sociedade e para a população. Em 2017, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (USFC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, de 60 anos, se suicidou após o início da operação “Ouvidos Mudos”, da Polícia Federal, que analisava desvio de verba no Centro de Educação a Distância (CEAD) da instituição. Na época, ele chegou a ser preso domiciliarmente e proibido de entrar na Universidade por certo tempo. As notícias acerca de sua prisão, de seu envolvimento no caso e de sua morte foram muito controversas, gerando rumores que nem sempre eram verídicos. No próximo tópico analisaremos o programa de debate sobre a cobertura midiática do caso, produzido pela rádio Ponto UFSC, para entendermos como funcionou o trabalho de alguns meios de comunicação nesse contexto.

Discutindo a ética jornalística no caso Luiz Carlos Cancellier de Olivo

“Jornalismo em Debate” é um programa produzido mensalmente pela Rádio Ponto UFSC, webradio universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a disciplina Cátedra Fenaj/UFSC de Jornalismo para Cidadania. Com início em abril de 2011, sob supervisão de Valci Zuculoto e mediação de Áureo Moraes, o programa traz alunos da graduação e pós-graduação em jornalismo da instituição para debater, junto a profissionais convidados, assuntos pertinentes para a comunidade e para a área de comunicação.

Em 2017, após um ano e meio de interrupção do programa, o “Jornalismo em Debate” volta a ser produzido trazendo um programa de 1h50 de duração que discute a cobertura midiática da operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal, e da morte do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo. A operação, instaurada em 14 de dezembro de 2017, investigava um desvio de dinheiro dos cursos de educação à distância, oferecidos pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UaB). Os primeiros rumores diziam que o valor desviado chegaria a 80 milhões de reais. Dessa forma, no início das investigações, foram dadas ordens de prisão temporárias, conduções coercitivas e busca e apreensão em Florianópolis, Itapema e Brasília. Entre os acusados, estava o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que foi detido na época por tentativa de obstrução de investigações internas.

Apresentado pelos repórteres Andrey Frasson e Guilherme Longo, alunos da graduação e pós-graduação de Jornalismo da UFSC, o programa trouxe cinco jornalistas para debaterem o assunto, sendo eles: Suzana Tatagiba, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo; Upiara Boschi, repórter do grupo NSC, atuando como analista de política no jornal Diário Catarinense; Carlos Damião, colunista do jornal Notícias do Dia; Fábio Bispo, jornalista e repórter do jornal Notícias do Dia; Carlos Augusto Locatelli, professor de jornalismo da UFSC desde 2013. Além deles, trouxeram três sonoras com entrevistas de Áureo Moraes, que é professor da UFSC e chefe de gabinete da instituição; Rogério Christofolletti, professor da universidade e jornalista do Observatório da Ética Jornalística (Objethos); e Ubaldo Balthazar, reitor interino da UFSC após o suicídio de Cancellier.

Para atendermos nosso objetivo de analisar se a cobertura midiática do caso respeitou a conduta ética, recorreremos à análise de conteúdo como ferramenta metodológica. Tal procedimento consiste em escolher um objeto e contar a frequência

de um ou mais dados ou temas, analisando-se a associação entre estes e as suas variâncias (HERCOVITZ, 2007), ou seja, partimos de uma análise quantitativa para fazer inferências qualitativas.

Como ponto de partida, definimos alguns operadores que irão nos nortear na observação do objeto. Dessa forma, conseguiremos perceber quais foram os pontos mais problemáticos na cobertura feita pela imprensa do caso de desvio de verba e do suicídio do reitor de acordo com as falas de cada convidado. Foram analisados os seguintes operadores durante as falas dos convidados para o programa Jornalismo em Debate:

1) Falta de Apuração - Quando o locutor acredita que o jornalismo se ateve em informações rasas e pouco fundamentadas;

2) Falta de Pluralidade de Fontes - Quando o locutor defende que a imprensa deveria recorrer a outras fontes diferentes da oficial (que neste caso se refere à polícia federal);

3) Furo de Reportagem - Quando o locutor relaciona à pressa do jornalista em ser o primeiro a divulgar a informação ou quando o profissional preza mais pela imediatividade em transmitir a notícia tentando acompanhar a velocidade das publicações feitas em redes sociais digitais;

4) Falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão - Quando o locutor acredita que a imprensa não preza pela intimidade dos cidadãos envolvidos no acontecimento, não preservando o direito à privacidade dos indivíduos.

5) Subjetividade por parte do jornalista - Quando o locutor acredita que o jornalista toma para si um fato como verdade absoluta, emitindo sua opinião própria sem buscar por uma objetividade dos fatos.

Os operadores relacionados acima foram definidos com base no código de ética dos jornalistas brasileiros, elaborado pela Fenaj, e constituem-se como algumas das premissas básicas que o profissional deveria seguir ao conduzir a produção de notícias e reportagens relacionadas a acontecimentos cotidianos. O primeiro operador, “falta de apuração”, está relacionada ao capítulo II - Da conduta profissional do jornalista, no artigo 4º que afirma que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

O operador “pluralidade das fontes” se refere ao capítulo, também, ao capítulo II onde, no artigo 7º, afirma-se que o jornalista não pode “impedir a manifestação de

opiniões divergentes ou o livre debate de ideias”; Já o operador “Furo de reportagem” dialoga com o artigo 2º onde fala que “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores”. O furo de reportagem pode ferir essa regra pois demanda extrema rapidez na divulgação das informações.

O quarto item observado nesta pesquisa, “falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão” diz respeito ao artigo 6º, que apresenta os deveres do jornalista, e diz que é obrigatório “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. E, por fim, o operador “Subjetividade por parte do jornalista” está de acordo com o artigo 10º, que explicita sobre a posição expressada pelo jornalista ao dizer que “a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade”. Após levantamento dos dados, elaboramos o quadro abaixo para facilitar a visualização:

Convidados	Operadores				
	Falta de Apuração	Falta de Pluralidade de Fontes	Furo de Reportagem	Falta de respeito à imagem do cidadão	Subjetividade por parte do jornalista
Suzana Tatagiba	5	-	-	-	1
Carlos Augusto Locatelli	2	-	-	-	1
Carlos Damião	1	1	-	-	1
Fábio Bispo	2	-	-	-	-
Upiara Boschi	-	-	-	-	-
Áureo Morais	2	2	1	2	-
Rogério Christofolletti	-	1	1	-	-
Ubaldo Balthazar	-	-	-	1	-

Fonte: elaboração própria

Para Tatagiba, dentro dos operadores observados, a falta de apuração foi o maior problema na cobertura do caso. Seguido disso, ela defende que a subjetividade dos

jornalistas também interferiu na disseminação das informações, uma vez que os profissionais trabalharam mais como opinadores do que como mediadores. Locatelli concorda que esses dois pontos interferiram na construção da narrativa, entretanto, Tatagiba enfatiza mais o fato da falta de apuração no decorrer dos fatos.

Damião, para além dos dois pontos já citados, enfatiza a falta de pluralidade de fontes, já que a busca pela informação ficou majoritariamente centrada em informações oficiais divulgadas pelos órgãos públicos responsáveis pela investigação, como a Polícia Federal. Bispo, por sua vez, volta a enfatizar duas vezes que a falta de apuração foi um dos problemas que mais se destacou na imprensa.

Boschi não manteve sua participação no debate centrada no trabalho desenvolvido pela mídia em cima do caso. Ele utilizou seu tempo no programa para enfatizar quais deveriam ter sido as condutas dos juízes e agentes diretamente participativos nas investigações para com os indiciados e investigados naquele momento. Dessa forma, não foi possível identificar em sua fala nenhum dos operadores observados nesta análise.

Áureo Moraes enfatizou quatro dos cinco operadores analisados. Segundo ele, a falta de apuração, a falta de pluralidade de fontes e a falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão foram pontos igualmente comprometedores na cobertura, vindo à frente da necessidade do furo de reportagem, que pela rapidez na divulgação das informações, acaba por comprometer a qualidade das notícias que serão veiculadas.

Por fim, para Christofolletti, a falta de apuração aliada com a rapidez para a divulgação do furo de reportagem foram pontos cruciais para uma cobertura que foge à ética jornalística. Já para Balthazar, o desrespeito com a imagem do reitor durante a divulgação dos fatos recorrentes às investigações foi o ponto mais falho de toda cobertura.

Com base nessa análise, detalhamos alguns pontos específicos em que a imprensa falhou na veiculação da operação “Ouvidos Moucos”. Ressaltamos que nosso propósito nesta pesquisa é apontar algumas dessas falhas com base no código de ética dos jornalistas, reconhecendo que não podemos fazer uma generalização englobando toda imprensa. Há, segundo os próprios entrevistados, acertos que merecem reconhecimento, principalmente entre o jornalismo independente.

Considerações finais

O ensino de jornalismo, ao sentir a necessidade de colocar em prática tudo o que se aprende dentro de sala de aula, se apropria dos laboratórios como forma de imersão supervisionada do aluno dentro do ofício. Neles, é possível discutir, elaborar, pensar e criar produtos de todas as áreas do curso: televisão, fotografia e rádio, por exemplo. Nesse sentido, as webrádios universitárias trazem a experiência da produção radiofônica para o âmbito acadêmico e proporcionam a oportunidade de debater quais os melhores caminhos para todos os aspectos que os permeiam, como: produção, locução e, até mesmo, a ética.

Com base nisso, optamos por uma análise de conteúdo sob o ponto de vista ético de uma edição do programa “Jornalismo em Debate”, da Rádio Ponto UFSC, que une em sua produção as condutas necessárias para o aprendizado do exercício da profissão com um espaço destinado ao debate de múltiplas ideias promovendo a democratização da informação.

Fundamentados no objetivo pré-definido, no qual buscamos analisar se a cobertura midiática da Operação “Ouvidos Moucos” da Polícia Federal, e do suicídio do ex-reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foge ou não da conduta ética jornalística, podemos perceber que o trabalho da mídia foi, sim, bastante problemática. Por meio dos operadores, é notório que a falta de apuração foi o erro mais cometido, sendo citado 12 vezes pelos entrevistados do programa. Em segundo lugar, vem a “Falta de pluralidade de fontes”, aparecendo quatro vezes nas falas. A “Falta de respeito ao direito à honra e à imagem do cidadão” e a “Subjetividade do jornalista” aparecem em terceiro lugar, tendo sido falados pelos convidados três vezes cada um. Por fim, o “Furo de reportagem” aparece em quarto lugar, tendo sido discutido em dois momentos do programa.

A análise sobre a conduta ética da imprensa não se resume aos operadores definidos. Compreendemos que outros aspectos podem e devem ser observados para uma compreensão mais completa do processo de produção dos conteúdos jornalísticos. Por fim, acreditamos que o espaço no qual o assunto foi tratado - uma webrádio universitária - demonstra como os laboratórios dos cursos de jornalismo se preocupam com tais discussões. Tratar da ética no jornalismo é contribuir para uma formação profissional mais humana, em que os espaços individuais são respeitados e a informação.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Ingrid ; Pereira; BETTI, Juliana Gobbi; MEDITSCH, Eduardo. **Ensino de Jornalismo: prática laboratorial na era da convergência.** In: Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Caxias do Sul - RS, 2017.
- BAHIA, Ana Lúcia Alves ; RIGUEIRA, Marina Rigueira Carlos e. **A ética e o ensino de jornalismo.** Mediação, Belo Horizonte, jan/jun 2009.
- BARBOSA, Ana Carla; OGASAVARA, Rômulo; BENAZZI, Lauriano A. **Jornalismo e Suicídio: ética e noticiabilidade.** In: Anais XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.
- BERTÊ, Júlia Magalhães ; SEIBT, Taís. **Interesse público e liberdade de expressão: a ética jornalística em evidência no debate sobre a autorização prévia de biografias.** In: Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo (SP).
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros,** 2007.
- CÔRTE, Eltrina; KHOURY, Hilma Tereza Tôres; MUSSI, Luciana Helena . **Suicídio de idosos e mídia: o que dizem as notícias?.** Psicologia USP, v. 25, p. 253-261, 2014.
- HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil.** In: Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro/RJ, 2005.
- LOPEZ, Debora Cristina; AVELAR, Kamilla Morando; VIANA, Luana. **Panorama das webrádios de universidades federais do Sul do Brasil.** Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 13, p. 98-108, 2016
- PRATA, Nair; BIANCO, Nélia. Perfil do ensino de rádio no Brasil. In: ZUCULOTO, Valci; KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina. (Org.). **Estudos Radiofônicos no Brasil - 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom.** 1ed. São Paulo: Intercom, 2016, v. 1, p. 204-215.
- SPENTHOF, Edson Luiz. **A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios.** 1998. p.153-166.
- VIANA, Luana; MARITAN, Matheus; SANTOS, Priscila. **Um retrato do consumo de mídias por estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.** Temática - Revista eletrônica de publicação mensal, v. 13, p. 199-211, 2017.
- YOBA, Carlos Pedro Cláver. **Ética e deontologia profissionais do professor universitário.** Constr. psicopedag., São Paulo , v. 18, n. 16, p. 34-44, jun. 2010 .
- ZUCOLOTO, Valci. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair. (Org.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários.** Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho, 2015, p. 65-82. (v. 1).